



ACÓRDÃO Nº624/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 12348/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A. – AFEAM.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Marcos Vinicius Cardoso de Castro (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAL.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2059/2021-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A. - AFEAM. Exercício de 2019.

Regularidade com ressalvas. Recomendação. Notificação. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas do Sr. **Marcos Vinicius C. de Castro**, responsável pela Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A. - Afeam, exercício de 2019;

10.2. Recomendar à Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A. - Afeam que ultime providências no sentido de instalar o Controle Interno, no âmbito da entidade, alertando-lhe que o não atendimento a esta recomendação poderá ser objeto de imposição de penalidade por esta Corte quando do julgamento das contas do próximo exercício, consoante exposto nos itens e subitens 2.4; 4; 5.1.1 letra i; 5.1.2 letra i; 5.1.3 letra i; 5.1.4 letra i; 5.2.1 letra e e 5.2.2. letra e do Relatório Conclusivo;

10.3. Notificar o responsável, **Sr. Marcos Vinicius C. de Castro**, sobre o teor da decisão, com cópia do Relatório/Voto e do Acórdão para sua ciência e, querendo, para apresentar o devido recurso.

10.4. Determinar à SECEX – Secretaria Geral do Controle Externo que efetive



ACÓRDÃO Nº624/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

as providências para que a próxima Comissão de Inspeção, responsável pela fiscalização do órgão, inclua no escopo de auditoria o atendimento da recomendação contida no item 10.2, sob pena de caracterização de reincidência a ser apenada com multa ao gestor;

10.5. Determinar à Sepleno que após a ocorrência de coisa julgada administrativa, efetue o registro e proceda ao arquivamento, nos moldes regimentais.

11- Ata: 22ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 8 de Julho de 2021.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral